INTERESSADO: Nelson Corrêa Barbosa
 ASSUNTO : Equivalência de estudos
 RELATOR : Conselheiro José Borges dos Santos Júnior
 PARECER CEE Nº 2677/75; CSG; Aprov. em 17/09/75; Comunicado ao
 Pleno em 8/10/73

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: Nelson Corrêa Barbosa, RG nº 432.227, residente nesta Capital, na Rua Dr. Alberto Cardoso de Melo nº 6, dirige-se a este Colégio do Conselho para o fim de solicitar o reconhecimento da equivalência de seus estudos realizados no Curso preparatório de Formação de Oficiais da antiga Força Pública do Estado de São Paulo com os do ensino de segundo grau. O requerente faz a sua solicitação para, no caso de vir a ser atendido, poder continuar seus estudos em nível superior - no curso de direito.

1.2 O requerente informa que os estudos foram feitos em regime de tempo integral, com carga horária de 8 horas diárias de 1939 a 1944, inclusive e, como comprovantes, junta os seguintes documentos:

- a) Atestado do Liceu "São Paulo", de Santos, Estado de São Paulo.
- b) Atestado da Força Policial do Estado de São Paulo.

1.3 O atestado do Liceu "São Paulo" é o seguinte:

" Declaração: Declaro para os devidos fins que, revendo o livro de atas de promoção deste estabelecimento, constatei que o Sr. Nelson Corrêa Barbosa, Natural de Vila Bela, Estado de São Paulo, nascido aos 24 de junho de 1917, filho do Sr. Vicente Barbosa e de D. Justiniana Sant'Ana, foi aluno deste estabelecimento de ensino, matriculando no 1º ano do Curso Propedêutico, no ano letivo de 1936, tendo sido aprovado com as seguintes médias:

Português	5,0
Francês	5,0
Inglês	6,0
Geografia	8,0
História da Civilização	7,0
Matemática	4,0
Média Global	6,0

Santos, 09 de abril de 1975

O documento está assinado, e autenticado.

1.5 Do atestado da Força Policial do Estado de São Paulo, assinado pelo Tenente Coronel Chefe do Estado Maior, extraí os seguintes dados: (fls. 3 do Processo 2127/75). O requerente, ex-aluno do Curso de Oficiais- Combatentes do Centro de Instrução Militar "daquela" Força Po-

licial - Nelson Corrêa Barbosa, completou o primeiro e o segundo ano do Curso Pré-militar e o primeiro ano do Curso de Oficiais Combatentes, tendo obtido aprovação com as seguintes notas: No primeiro ano: Português: 7,30; Matemática: 8,50; Francês: 9,88; Inglês: 6,50; Corografia: 8,13; Historiador Brasil: 7,13. No segundo ano: Português: 7,53; Matemática: 8,20; Francês: 9,30; Inglês: 8,24; Física e Química: ... 8,33; História Natural: 7,75; Desenho: 9,18.

No primeiro ano do curso de oficiais combatentes: Português: 6,58; Inglês: 6; Direito: 7; Francês: 5.

2. APRECIACÃO: A solicitação do requerente para bom aproveitamento, se possível, de todos os valores pedagógicos e humanos comprometidos na situação escolar em tela, deve ser considerada, não nos termos em que foi feita - equivalência de cursos - mas equivalência de estudos. Em certas situações, como também e magistralmente demonstrou o eminente Conselheiro Oswaldo Bandeira de Mello, em voto separado que deu em caso análogo, "a equivalência se aprova, em princípio, caso por caso, dada a diversidade das escolas, postas em confronto, relativamente aos estudos de seus alunos".

A esta razão, só por si bastante para exigir-se o tratamento casuístico, devo acrescentar outra variante circunstancial que não pode deixar de ser levada em conta: na apuração da equivalência entre dois cursos nem sempre se consideram todos os valores pedagógicos alcançados pelo interessado, valores que determinam o grau de maturidade que dele se exige para o bom aproveitamento do curso que pretenda fazer.

É exatamente esse o caso do requerente: se nos limitássemos aos termos em que fez a sua solicitação, consideraríamos somente o pré-militar da Força Policial na época em que ele cursou e não me parece que se pudesse reconhecer a equivalência pretendida pelo interessado sem lhe impor o peso da complementação do currículo por meio de exames especiais de todas as disciplinas ausentes.

Já a equivalência de estudos nos permite incluir outros estudos realizados pelo requerente como se ve a seguir.

1º ano do curso propedêutico do ano letivo de 1936. Curso Propedêutico foi o nome que se vem a dar ao complementar que completa o secundário após os 5 anos do fundamental da Lei.

Exame de admissão ao Pré-militar das seguintes disciplinas: Português, Matemática, Geografia Geral, História da Civilização, Física e Química, Noções de História Natural.

Exame vestibular para ingresso no curso de oficiais combatentes em que foi aprovado nas seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Álgebra, Geometria Plana e no Espaço, Trigonometria Retilínea, Desenho Geométrico.

Conclusão do 1º ano do Curso de Oficiais Combatentes em que foi aprovado nas seguintes disciplinas: Noções de Direito Constitucional, Administrativo e Internacional Público, Noções de Higiene; Português; recapitulação ampliada de sintaxe e Prática de Sedação, Francês Prático, Inglês Prático, Instrução Militar.

2.5. Ao requerente, para uma correspondência mais aproximada com o segundo grau, seria necessária a aprovação nas seguintes disciplinas: Literatura Brasileira, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil. Entretanto quanto a estas duas últimas E.M.C e O.S.P.B. verifica-se que, embora não sejam mencionadas no currículo nominalmente, estão presentes na programação do ensino militar e são ministradas por um método que as faz pervadir o aprendizado das demais disciplinas, influir na fixação de conceitos, hábitos e atitudes indispensáveis ao exercício da cidadania.

2.6. Além dos estudos referidos explicitamente na documentação, há os realizados pelo requerente antes do pré-militar e cuja realização se infere do conhecimento demonstrado no exame de admissão do Pré-militar, entre eles, no "Liceu São Paulo", em Santos o 1º ano do Curso Propedêutico, em 1936, em que estudou as seguintes disciplinas: Português, 5,0, Francês, 5,0, Inglês, 6,0, Geografia, 8,0, História da Civilização, 7,0, Matemática, 4,0, Média Global, 6,0, tendo sido aprovado.

2.7. Para os fins de matrícula no C.O.C. o Curso Pré-militar era considerado como equivalente a cursos exigidos para matrícula em cursos superiores. "São as seguintes as condições para matrícula no C.O.P - 1:..2:..3:..4:..5:..6:..apresentação de diploma ou certificado de escolas oficiais ou oficializadas do Brasil, de ser Bacharel em Ciências e Letras. Para os candidatos que forem praças da F.P. a exigência acima poderá ser substituída pela aprovação do Curso Pré-militar a que se refere o artigo 125.

2.8. Observe-se, finalmente, mais o seguinte: 2-8-1. O regime escolar de internato, com período escolar diário de 8 horas e estudo intensivo. 2-8-2. A disciplina austera da Escola, visto como o curso é feito em regime e disciplina militar. 2-8-3. O sistema de provas e exames em que se destacam, entre outras, as seguintes exigências: a) "A nota 0 (zero) em qualquer prova escrita, oral ou gráfica, ou nota inferior a 5 (cinco) impossibilitará o aluno de prosseguir os exames artigo 74. b) A aprovação no Curso Pré-militar em todas as matérias com médias iguais ou superiores a 7 (sete).

2.9. Em resumo: O requerente realizou um conjunto de estudos que podem ser dispostos na seguinte ordem: estudos preparatórios para ad-

missão no curso Pré-militar; estudos do Curso Pré-militar; estudos do Curso Propedêutico; estudos da 1ª série do C.O.C; esses estudos abrangerá as matérias constituintes do Núcleo Comum e suas disciplinas que foram estudadas, ao que tudo indica, com razoável, satisfatório aprofundamento.

CONCLUSÃO

Em vista do exposto, voto favoravelmente ao reconhecimento da equivalência dos estudos realizados por Nelson Corrêa Barbosa aos do 2º grau, ao nível de conclusão, desde que ele seja aprovado em exames especiais de Literatura Brasileira.

São Paulo, 17 de setembro de 1975

a) Conselheiro JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR -Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, LIONEL CORBEIL, MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA e REV. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR.

Sala da Câmara do Segundo Grau, em 17 de setembro de 1975

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Presidente